



CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS
CURSO DE PSICOLOGIA

MARINA BARROSO STUDART
DEYSEANE MARIA ARAÚJO LIMA

“E SE EU MORRESSE?”:

Uma revisão narrativa sobre suicídio em adolescentes
Institucionalizados

Fortaleza, 2022

MARINA BARROSO STUDART

“E SE EU MORRESSE?”:

Uma revisão narrativa sobre suicídio em adolescentes institucionalizados

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para obtenção parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. DEYSEANE MARIA ARAÚJO LIMA

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S933" Studart, Marina Barroso.
"E se eu morresse?": Uma revisão narrativa sobre suicídio em
adolescentes institucionalizados - Fortaleza, 2022.
27 f. : il. color.

Orientação: Profa. Dra. Deyseane Maria Araújo Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Psicologia, Fortaleza,
2022.

1. Suicídio. 2. Adolescência. 3. Institucionalização. I. Título.

CDD 150

MARINA BARROSO STUDART
DEYSEANE MARIA ARAÚJO LIMA

“E SE EU MORRESSE?”: UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE SUICÍDIO EM
ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ao curso de Psicologia do Centro
Universitário Christus, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel
em Psicologia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. **Deyseane Maria Araújo Lima**
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

Prof. Ms. **Selênia Maria Feitosa e Paiva**
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

Prof. Dra. **Patrícia Marciano de Assis**
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

RESUMO

A cada 40 segundos, é registrado um falecimento devido ao suicídio, dentre estes casos 78% são em pessoas com renda baixa. O suicídio é também a segunda maior causa de morte em pessoas de idade entre 15 e 29 anos. A fase da adolescência é definida como um momento de mudanças e busca por identidade, sendo assim um momento vulnerável para eventos estressores. Estes são considerados como momentos causadores de um certo nível de angústia e inquietação, e pode-se afirmar que a institucionalização é um evento estressor. O contexto de abrigamento se trata de uma medida provisória do governo para jovens que anteriormente não estavam seguros sob custódia dos próprios genitores. A pesquisa teve como objetivo geral investigar de que maneira a situação de abrigamento influencia o comportamento suicida em adolescentes institucionalizados; seguindo dos seus objetivos específicos: analisar os impactos da institucionalização na saúde mental do adolescente; compreender os fatores de risco para o comportamento suicida de adolescentes abrigados e compreender as diferentes perspectivas da subjetividade adolescente. Esta é uma pesquisa qualitativa, e foi utilizado o método bibliográfico de pesquisa narrativa. Para a análise de dados, foi usada a análise de conteúdo de Bardin. Para os resultados, foram separadas as categorias de adolescência e crise, suicídio, fatores de risco para suicídio na adolescência e suicídio em adolescentes institucionalizados, com o objetivo de criar uma conclusão fazendo uma relação entre as temáticas. Concluiu-se que o jovem em contexto de abrigamento é vulnerabilizado e de fato passou por eventos estressores, como abandono, negligência e/ou violência. Estes eventos são fatores de risco para suicídio, juntamente com psicopatologias e suicídios em agrupamentos. Além disso, o adolescente passou por uma ruptura de vínculos e afetos, e compreende-se que o suicídio é um problema social, ao contrário de simplesmente individual. Portanto, se vendo numa situação de espaço limitado para lidar com suas crises, o jovem entende que o controle que pode encontrar é através do suicídio.

Palavras-chave: Suicídio; Adolescência; Institucionalização.

ABSTRACT

Every 40 seconds, a death due to suicide is registered, among these cases 78% are in people with low income. Suicide is also the second leading cause of death in people between the ages 15 and 29. Adolescence is defined as a time of change and a search for identity, thus being vulnerable to stressful events. These are considered moments that can cause a certain level of anguish and restlessness, and it can be said that institutionalization is a stressful event. The sheltering context is a provisional government measure for young people who were previously not safe in their parents's custody. The general aim of the research was to investigate how the sheltering situation influences suicidal behavior in institutionalized adolescents; following its specific aims: to analyze the impacts of institutionalization on adolescent mental health; understand the risk factors for suicidal behavior in sheltered adolescents and understand the different perspectives of adolescent subjectivity. This is a qualitative research, and the bibliographic method of narrative research was used. For data analysis, Bardin's content analysis was used. For the results, the categories of adolescence and crisis, suicide, risk factors for suicide in adolescence and suicide in institutionalized adolescents were separated, with the aim of creating a conclusion by linking the themes. It was concluded that young people in a sheltering context are vulnerable and in fact have experienced stressful events, such as abandonment, negligence and/or violence. These events are risk factors for suicide, along with psychopathologies and cluster suicides. In addition, it can be said that the institutionalized teenager went through a rupture of bonds and affections. And it is understood that suicide is a social problem, as opposed to simply an individual one. Therefore, seeing themselves in a situation of limited space to deal with their crises, the adolescent understands that the control they can find is through suicide.

Key-words: Suicide; Adolescence; Institutionalization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 METODOLOGIA.....	12
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
3.1 Adolescente e crise.....	14
3.2 Suicídio.....	17
3.3 Fatores de risco para suicídio em adolescentes.....	20
3.4 Suicídio em adolescentes institucionalizados.....	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
5 REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A temática do suicídio e sua prevenção, embora tenha sua importância, ainda é considerada um tabu para a sociedade, não sendo suficientemente discutida e nem estudada considerando suas estatísticas. Não é um fator que apareceu apenas recentemente, pois existem estudos de diversas culturas ao longo da humanidade nas quais aparecem esta problemática (ANDRADE, et al, 2019).

Os autores trazem, dentre seus dados, o fato de que a cada 40 segundos, é registrado um falecimento devido ao suicídio, e que dentre estes casos, 78% são em pessoas com renda baixa. Apesar de termos este conhecimento, ainda assim não é um tópico com vastos estudos durante a graduação de psicologia, até o momento em que se inicia o estágio clínico - no qual o aluno pode se deparar com a temática durante sua prática.

Portanto, esta pesquisa traz um teor acadêmico da autora por conta de uma experiência durante o estágio na clínica que inicialmente trouxe um desamparo, por conta da limitação de estudos relacionados, mas que depois fez-se importante um aprofundamento principalmente direcionado ao público adolescente vulnerável sendo neste caso, em situações de abrigo.

O suicídio na fase da adolescência tem se tornado um problema em termos de saúde pública. Sendo a segunda maior causa de morte em pessoas de idades entre 15 e 29 anos, foram registrados um total de 48.204 episódios de tentativas de 2011 a 2016 (SILVA, 2019).

De acordo com Durkheim (2000, p.14), “chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizada pela própria vítima e que ela saiba que produziria esse resultado”. Ou seja, se trata do ato proposital de tirar a própria vida.

Morais, *et al* (2009) definem fatores de risco como uma série de condições que podem acarretar consequências negativas para a saúde mental do indivíduo,

podendo comprometer também seu desenvolvimento. Logo, existem alguns aspectos que podem ser tidos como fatores de risco para o suicídio.

Considera-se como fator de risco a ideação suicida, evento que pode anteceder ao ato. Esta se atribui aos pensamentos autodestrutivos e desejos de dar fim na própria vida (MOREIRA & BASTOS, 2015). Na adolescência, entende-se que esta pode ser intensificada devido à impulsividade, podendo já estar diretamente relacionada com um planejamento (SILVA, 2019).

A fase da adolescência é marcada por descobertas e mudanças, sendo estas físicas, psicológicas e sociais, na qual podem haver comportamentos e pensamentos atípicos que se manifestam numa busca por identidade. Porém, torna-se preocupante quando a morte passa a ser a única solução para seu sofrimento (MOREIRA & BASTOS, 2015).

Um outro comportamento de risco comum entre adolescentes é a automutilação, que se caracteriza como uma tentativa de trazer a si uma dor física, frequentemente manifestada em cortes superficiais na pele. Este fator dá-se em momentos de extremo sofrimento e solidão, e é considerado quase como algo apaziguante da dor para os jovens que o perpetram (FORTES & MACEDO, 2017). As autoras trazem, em sua pesquisa, uma perspectiva deste público de solidão e angústia relacionada com a automutilação, e a dificuldade de encontrar alguém com quem pudesse compartilhar a dor.

Além dos fatores de risco, faz-se necessária também a compreensão de eventos estressores. Estes podem ser acontecimentos que causam um considerável nível de angústia e inquietação, e também têm influência na vida do sujeito. Dentre exemplos, encontram-se a pobreza, vulnerabilidade social e vivências de violência (MORAIS, *et al*, 2009). Consequentemente, pode-se afirmar que o contexto de institucionalização também é considerado como um evento estressor.

A situação de abrigamento se caracteriza como medida de proteção para crianças e adolescentes, servindo como um elo temporário para este mesmo público, que pode anteriormente ter sido violentado ou abandonado pela família

(SIQUEIRA, 2009). Diversos autores contextualizam sobre a importância da família para o desenvolvimento da criança e do adolescente, pois em teoria deveria prover uma rede de afetividade e ser referência para resolução de adversidades. Portanto, a presença e proximidade de um contexto familiar é de grande importância na prevenção de psicopatologias e grandes estresses (TEODORO, *et al*, 2010).

É um contexto comum na realidade brasileira, fazendo parte da vida de muitas famílias, especialmente as mais desprivilegiadas economicamente. Carinhonha e Penna (2012) fazem reflexão sobre os problemas de desigualdade socioeconômica do país, e apontam para a preocupação de possíveis repercussões negativas que acompanham o adolescente no momento de afastamento da família.

O abandono familiar é o principal fator que leva uma criança a uma instituição de acolhimento. Pode tornar-se responsável por transtornos de identidade no adolescente, pois ele passa a carregar consigo uma carga de rejeição e baixa autoestima (DA SILVA, *et al*, 2012).

Siqueira (2006) discorre sobre impactos prejudiciais no contexto de institucionalização através de uma hipótese relacionada ao funcionamento interno e restrições do abrigo. Comumente ocorre-se uma impossibilidade ou limitação referente às interações, no transporte e na espontaneidade - tratando-se de brincadeiras, lazer e vivências mais livres.

A instituição de abrigo tem por lei o objetivo de ser um ambiente provisório onde a criança irá viver enquanto o governo resolve como lidar com sua situação. É importante que seja um ambiente possível de prover para o menor de idade todas as suas necessidades básicas e ser um espaço acolhedor livre de violências. Em tese, deve-se possuir alguns traços semelhantes a características familiares, como respeito e acolhimento. Porém, a realidade na prática nem sempre funciona desta forma (DA SILVA, *et al*, 2012).

Jovens em contexto de abrigamento já trazem consigo uma carga de abandono, carregada muitas vezes por violências. Portanto, seu modo de ser e ver

o mundo é atravessado por estes fatores, de forma que há uma dificuldade maior de promover e tratar sua saúde (CAMINHANHA & PENHA, 2012).

As autoras acima trazem também, em seus estudos, tamanho o estigma estabelecido na sociedade brasileira direcionado a estes jovens, ocasionando em posicionamentos autoritários e violentos de cuidadores de abrigo. Ou seja, além dos atravessamentos com abandonos e violências prévias, estes adolescentes podem passar por diversas brutalidades dentro do contexto institucional.

Devido a abandonos e negligências, crianças e adolescentes são forçados a viver em um ambiente onde devem aprender novas formas de se adaptar e enxergar o mundo, de modo que sua socialização e afetividades são limitadas (DA SILVA, *et al*, 2012).

Estudos mostram que adolescentes institucionalizados apresentam maiores taxas de problemas de saúde mental do que aqueles que vivem em ambiente familiar (ABRANTES, 2020). A autora relata que encontrou em suas pesquisas dados de 65% dos adolescentes de uma instituição específica encontram-se em grande vulnerabilidade, e mais da metade deste grupo possuía traços sintomatológicos considerados como fatores de risco para o suicídio.

Considerando todos estes fatores, esta pesquisa tem como principal objetivo investigar de que maneira a situação de abrigamento influencia o comportamento suicida em adolescentes institucionalizados; seguido por analisar os impactos da institucionalização na saúde mental do adolescente; compreender os fatores de risco para o comportamento suicida de adolescentes abrigados e compreender as diferentes perspectivas da subjetividade adolescente.

2 MÉTODO

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois sua proposta é compreender fenômenos subjetivos e sociais, sem intenção de quantificar (GUNTHER, 2006). É considerada também como uma pesquisa descritiva por pretender fazer uma descrição da realidade.

Para que fosse possível o processo desta descrição, foi utilizado o método bibliográfico, que se trata de compreender um objeto de estudo através de outros materiais científicos previamente publicados, de maneira que reúne e relaciona informações diversificadas com o assunto a ser aqui discutido (LIMA & MIOTO, 2007).

Para além de bibliográfica, esta pesquisa também se caracteriza como narrativa, que se trata de uma busca por entendimento da experiência (PAIVA, 2008). A revisão de literatura narrativa, também conhecida como revisão tradicional, se diferencia de outras pesquisas no seu viés mais livre, na qual não há uma rigidez no protocolo da pesquisa em si, e possui uma seleção de artigos facultativa por parte do pesquisador (CORDEIRO & OLIVEIRA, 2007).

De acordo com o instrumento da coleta, foi realizada uma análise qualitativa, cumprindo as etapas da análise de conteúdo de Bardin (2011), cujas foram: primeiramente a pré-análise, na qual o material começou a ser organizado de forma que pudesse ser utilizado na pesquisa. Após isso, foi feita uma leitura flutuante com o objetivo de conhecer por cima o material da coleta, e em seguida a própria escolha de documentos que serão utilizados, seguindo a regra da homogeneidade e a regra da pertinência. Ainda nesta mesma fase, começaram a ser formulados os objetivos gerais e específicos da pesquisa, podendo assim observar possíveis hipóteses teóricas.

Em seguida, na segunda fase (exploração do material) foram executadas codificações, definições e classificação de categorias para que seja possível realizar uma análise descritiva. Por último, foi desempenhada a terceira fase (tratamento de

resultados e inferência), na qual puderam enfim ser fundamentados os resultados obtidos, e, desta maneira, realizadas as interpretações, análises reflexivas e críticas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Adolescência e crise

Existem diversas concepções do fenômeno da adolescência em diferentes perspectivas e autores dentro da Psicologia. Para que se possa ser falado de suicídio numa dada fase da vida e em dada especificidade de sua existência, é necessário que se compreenda de que forma a subjetividade do jovem é e existe no mundo, de acordo com diferentes autores.

Inicialmente, faz-se necessário criticar a escassez de conteúdos sobre a temática quando se fala de adolescentes de classes mais vulnerabilizadas.

Baroncelli (2012), afirma:

[...] a singularidade das contradições e incertezas de adolescentes oriundos das classes populares, que pra começar, experimentaram infâncias bastante diversas, raramente é levada em consideração (BARONCELLI, 2012)

Compreendendo isso, afirma-se também que é um fenômeno que deve ser compreendido dentro de determinada cultura e período histórico, compreendendo suas limitações e necessidades econômicas e sociais (FROTA, 2007).

Adolescência é um processo que por muito tempo foi visto como um período conturbado e vulnerabilizado, marcado pelas mudanças corporais e hormonais (FROTA, 2007). Para o senso comum, enxerga-se como “aborrecência”, época de rebeldia e confusões (BARONCELLI, 2012), onde o sujeito sai de uma fase espontânea e genuína da vida, para uma em que passa a ser desafiador para ele próprio e todos ao seu redor.

A autora discorre sobre a grande romantização da infância e as diferentes perspectivas e teorias psicológicas sobre estes dois períodos de desenvolvimento, quebrando a ideia do senso comum de que a criança vive uma fase cheia de flores e rosas e o adolescente passa apenas pelos espinhos. Assim sendo, entende-se

que ambos os períodos podem e devem ser compreendidos de forma histórica, e que são carregados também de crises e emergências.

Oliveira (2006) retoma em seus estudos sobre a construção da adolescência a partir de autores clássicos da psicologia do desenvolvimento. Stanley Hall (1904), citado pela autora como o primeiro a trazer em sua obra a temática desta fase, retrata o período de forma que este arca com emotividade e estresse acentuados, apinhado por demonstrações intensas e instáveis de irritabilidade, tristeza e animação. É a esta e outras constatações que Frota (2007) critica, pois reforça uma crença de que este indivíduo está saindo de momentos espontâneos e entrando em uma fase patológica, porém, não faz jus a toda e qualquer vivência em sua singularidade.

Ainda citado por Oliveira (2006), Erikson (1976) afirmava que a adolescência era parte de uma fase de crises de identidade, onde o jovem necessita investigar e compreender seu modo de se inserir no mundo, passando por um momento de integração entre o passado e futuro. Mendes (2022) discorre sobre esta fase como um período no qual, baseado nas suas experiências do passado e projeções para o futuro, o indivíduo passa a buscar se entender dentro da sociedade. Sendo assim, inicia-se o momento da inserção de si em grupos. Então, o adolescente passa a moldar sua identidade de acordo com as ideologias, que vão se tornando mais importantes para si e para o grupo no qual está inserido.

Por outro lado, Oliveira (2006) aproxima também a percepção de Jean Piaget (1994, 1995), que conceitualiza o período por uma perspectiva de desenvolvimento cognitivo, como uma época de potencialização do “pensamento hipotético-dedutivo e pensamento autônomo”. Para ele, é também um momento em que o sujeito obtém sua maior capacidade cognitiva, ou seja, contraria de certa forma a crença geral de ser um período turbulento em relação à infância.

Trazendo para um ponto de vista sócio-histórico, Baroncelli (2012) adota uma contextualização do surgimento da adolescência contemporânea. Esta surgiu na revolução industrial a partir da necessidade de profissionalização e transição das

crianças para o mundo adulto. De acordo com a autora, o conceito veio a ser um discurso de mercado, pois com o passar dos anos surgiu a lógica do marketing e a visão do adolescente se tornou aquela da rebeldia, que busca pelo prazer.

Compreende-se por crise um período de transição e mudança, um processo de preparação para o futuro, podendo ser visto como algo positivo, pois a crise por si pode ser sempre geradora de algo. Na adolescência, ela é marcada pelo período de passagem, mudanças no corpo e transição para a vida adulta (BAUMAN & BORDONI, 2016). Faz-se crítica à limitação de cuidados para este público no Brasil e a falta de diálogo com questões sociais específicas, pois uma crise existencial torna-se necessária para receber cuidados apropriados (ROSSI, et al, 2019).

Em seus estudos, Rossi, et al (2019) realizaram entrevistas com adolescentes, trazendo à tona sentimentos como confusão, angústia, depressão, descontroles, entre outros. Os participantes da pesquisa trazem a crise da adolescência como algo individual, por ser uma fase já entendida como “problemática”. Os jovens, então, se enxergam na necessidade de considerar como seu próprio sofrimento pode afetar pessoas próximas, fazendo com que sintam as angústias sozinhos sem buscar ajuda.

Citando Aberastury e Knobel (1992), Baroncelli (2012) aborda a crise inevitável deste tempo, já que o simples fato de conseguir biologicamente exercer sua genitalidade, ocorrem significativas mudanças relacionadas ao corpo. O jovem percebe seu corpo de forma conflituosa, pois passa a existir um real e um ideal. Visto que toda mudança é capaz de gerar uma crise (BAUMAN & BORDONI, 2016), este período pode ser marcado por uma, de forma que, de acordo com os autores, cria-se uma “patologia normal da adolescência” (BARONCELLI, 2012).

Baroncelli (2012) aborda também a perspectiva gestáltica, que relaciona a experiência do adolescente com o seu *ser-no-mundo*. De acordo com estudos de Lewin (1936), ele chama de “espaço psicológico” a convivência do indivíduo com o mundo, e afirma que este espaço se torna mais extenso em comparação ao da infância.

O adolescente passa a conhecer mais aspectos do mundo: mais pessoas, mais lugares e, como citado anteriormente por Piaget, já tem alcançado maior capacidade cognitiva. Porém, embora seja de fato um período de mudanças e gerador de crises, a gestalt-terapia prioriza a maneira como estes fatores se interligam com a forma que o indivíduo existe e interage com o ambiente. Ambiente, este, que deve ser apreendido e compreendido pela própria pessoa (BARONCELLI, 2012).

“Ser adolescente é, portanto, sê-lo num determinado corpo, mas também numa determinada sociedade, etnia, classe social, cultura, família e para determinada pessoa que vai significar todos estes aspectos de formas sempre únicas.” (BARONCELLI, 2012)

Portanto, não é possível concluir apenas um aspecto sobre a adolescência, visto que existem diversas abordagens e perspectivas e, no fim, é importante prestar atenção na singularidade de sua vivência. Contudo, não é possível negar que, apesar de ser necessário observar a subjetividade e a maneira como cada adolescente vive este período. Além disso, ele ainda assim pode ser um propício gerador de crises, porém estas devem ser compreendidas de acordo com a individualidade do sujeito.

3.2 Suicídio

O fenômeno do suicídio por muitos tem sido estudado dentro da ciência da psicologia, porém, quanto mais se estuda, mais complexo o assunto se torna (FUKUMITSU, et al, 2015). Um entendimento importante de ser destacado aqui é que, assim como outras questões relacionadas ao ser humano, o suicídio não pode ser dito e nem conceituado sem que se considere contextos históricos e culturais do ser humano (BASTOS, 2009). Portanto, embora existam diferentes perspectivas e teorias sobre o tema, não é possível discuti-lo de maneira isolada, pois, assim como o período da adolescência, cada indivíduo vive a experiência subjetivamente.

De modo geral, o suicídio trata-se de uma morte intencional, resultante de uma intensa angústia e sofrimento (FUKUMITSU, et al, 2015). Os autores trazem uma compreensão de “ambivalência entre o desejo de viver e o desejo de acabar

com a dor, a impulsividade do ato ou tentativa e a rigidez de pensamento, já que a pessoa não encontra outra saída para seus problemas”.

Entende-se, porém, que não se deve compreendê-lo como um ato individual, pois este ato envolve uma longa esfera social e de vínculos (BASTOS, 2009; COUTINHO, 2010). Durkheim (1897), citado por Coutinho (2010), diferencia o suicídio em 4 tipos: altruísta, egoísta, fatalista e anômico. O mais comum, sendo também o que está sendo estudado nesta pesquisa, é o suicídio egoísta, no qual os autores descrevem:

[...] o suicídio do tipo egoísta se deve à presença insuficiente da sociedade na vida do indivíduo, manifesta por precariedade ou total ausência de laços sociais e/ou familiares, levando-o a um individualismo excessivo (COUTINHO, 2010).

Ou seja, trata-se de um suicídio egoísta aquele que o indivíduo tira a própria vida por conta de um vazio social, no a sociedade com quem o sujeito convive (seja ela a família, amigos, ou mesmo o estado em geral) peca em fornecer uma rede de apoio, e ele sente-se sozinho, não encontrando outra solução a não ser a morte. Faz-se uma interpretação a partir do modelo psicossocial, a qual afirma que a morte de um único indivíduo não deve ser olhada como um ato individual, e sim pelo contexto da sociedade em que ele vive e suas relações (BASTOS, 2009).

Portanto, Fukumitsu, et al (2015) defendem que o ato de matar a si mesmo envolve diversos elementos, para além daqueles que chamamos de “fatores de risco”: elementos estes sociais, individuais, biológicos e psicológicos. Compreendendo isso, os autores conceituam o suicídio como um ato impulsivo e cristalizado, no qual há uma ambiguidade entre querer continuar vivendo e querer terminar com aquela dor, de forma que o indivíduo não consegue ver outra solução.

Para melhor contextualização, utiliza-se aqui também a perspectiva psicanalítica do fenômeno. Nesta ótica, observa-se o suicídio se relacionando com vínculos sociais a partir da chamada “nota de suicídio”. Nela, o sujeito deixa uma mensagem para aqueles que ficam antes de tentar cometer o ato, tornando sua

morte como um ato endereçado ao outro, concretizando assim a ideia de uma fantasia (COUTINHO, 2010).

Ainda sob o pensamento psicanalítico, afirma-se que a pessoa suicida, mesmo não deixando notas, comete o ato através de um desejo de morte que se direciona para um outro (BASTOS, 2009). Ou seja, existe um aspecto autopunitivo no suicídio, de forma que o indivíduo que se mata, é porque deseja também a morte de alguém. Conseqüentemente, por não poder direcionar sua agressão ao outro, direciona a si mesmo.

Já na visão da fenomenologia, o suicídio é simbólico de “sofrimento e desespero” (DUTRA, 2011), seus motivos sendo carregados dos sentidos que compoem a existência humana. Sendo assim, possui um teor filosófico, pois trata-se de um questionamento sobre o sentido do viver. A autora traz, também, uma perspectiva da morte sendo ligada ao outro, fortalecendo a hipótese de que o autocídio é um fenômeno social além de individual. Em seus estudos, ela afirma que as razões dos entrevistados trazerem sobre suas ideações se direcionaram na maioria das vezes à figura de alguém dentro do ciclo de convivência da pessoa, como uma forma de defesa daquele outro que o machucou.

Contudo, para Heidegger (1937/1999), é através das crises dentro deste ciclo que vêm à tona as angústias próprias do indivíduo, e estas podem facilitar transformações de sentidos (DUTRA, 2011). Desta forma, o sujeito é colocado diante de uma encruzilhada, na qual ele pode manter-se e cristalizar dentro do sofrimento ou apropriar-se de si próprio, buscando um novo sentido à vida. E então a morte aparece como uma possibilidade para fugir do sofrimento, pois a apropriação do *self* torna-se desafiadora quando a dor é contínua. O suicídio, portanto, é uma tentativa de eliminação da angústia, que se trata da perda do sentido (DUTRA, 2012).

Em vista disso, conclui-se que há uma dificuldade em encarar este fenômeno de maneira objetiva, pois trata-se de algo repleto de elementos e fatores subjetivos da vida do sujeito. Entretanto, o que as diversas perspectivas teóricas possuem em

comum é o fato de que suicídio envolve dores próprias insuportáveis, mas também se constitui através do mundo e do social. A existência do indivíduo dentro de um certo âmbito social é composta de diversos elementos complexos em que os afetos do outro podem também ser responsáveis por esta angústia, havendo a possibilidade de proporcionar ou eliminar sentido.

3.3 Fatores de risco para suicídio em adolescentes

A morte por suicídio é dada como a terceira causa de morte mais comum em pessoas de idades entre 10 e 29 anos (CARBALLO, et al, 2018). Por isso, para melhor compreensão deste fator em crianças e adolescentes institucionalizados, é importante investigar os fatores de risco para este público como um todo. Portanto, foi realizado um levantamento de pesquisas e encontrados alguns resultados relacionados a esta intenção.

Embora na concepção da gestalt-terapia, a adolescência traz um conceito de expansão do espaço em relação à infância (BARONCELLI, 2012), os autores Becker e Correll (2020), ao falar sobre suicidalidade na adolescência, afirmam que este público tende a perceber imensa limitação no seu espaço para lidar com questões[2] . Ou seja, o indivíduo ganha uma certa independência e de fato ocorre expansão no seu espaço, contudo, esta aparece repleta de novas cobranças e pressões, fazendo com que a sensação seja de limitação. Logo, a decisão entre viver e morrer carrega grande senso de controle em sua percepção (BECKER & CORRELL, 2020).

Porém, é importante mencionar que embora haja fatores de risco que podem “prever” um fenômeno suicida, é importante considerar o fator de impulsividade, algo comum nesta fase da vida (BECKER, CORRELL, 2020). Além disso, faz-se a crítica de que, embora a ciência avance, é impossível de fato descrever objetivamente o que faz com que alguém queira tirar a própria vida, embora possam ser descritos certos fatores de risco (DUTRA, 2012).

Um dos fatores que apareceu em todos os estudos foi a depressão e outras psicopatologias. Carballo, et al (2018) afirmam que o transtorno depressivo é uma

das maiores causas de suicídio e comportamento auto-lesivo nas fases de infância e adolescência, sendo sua sintomatologia relacionada com as sensações de desespero relativas a ideias suicidas.

Estresse pós traumático também é uma psicopatologia de amplo risco de suicídio para todos os públicos, mas se intensifica na juventude, o qual estudos mostram que 93,4% das tentativas se precederam por este transtorno (BECKER, CORRELL, 2020). Relacionado a isto, maus tratos na infância e adolescência também podem ser diretamente ligados a tentativas e comportamentos suicidas, os quais se mostram através de sentimentos de responsabilização e humilhação (SEKOWSKI, et al, 2020).

O que nos leva ao fator de eventos adversos. Rejeição, negligência e abusos familiares são circunstâncias relativamente perigosas para o público entre 12 e 18 anos (CARBALLO, et al, 2018). A criança ou adolescente que passa por eventos desse naipe geralmente têm dificuldade de manter adaptações e resiliência, devido aos fatores externos permanecerem os mesmos, resultando em internalização do sentimento de culpa e normalização dos abusos, e conseqüentemente desespero (SEKOWSKI, et al, 2020). É possível fazer uma ligação deste aspecto com a situação de jovens institucionalizados, pois muitos deles encontram-se ali por razões de negligência ou abuso.

Rossi (et al, 2012) discorrem sobre a importância de relações interpessoais para a formação de identidade do adolescente, que estas podem ser fontes de suporte e redes de apoio para empenho de suas atividades. Portanto, ao vivenciar estas relações quando estão repletas de violências e provocantes de abandono e sensação de desvalor, é comum que haja uma crise.

Apesar de compreender todos estes princípios internos e externos, compreende-se que, em todo caso de suicídio, um dos mais significantes fatores é a tentativa prévia (SOUSA, et al, 2017). Os autores discorrem que isso traz grande peso e risco para tentativas futuras, inclusive em outras fases da vida. Além disso, a presença de familiares ou pessoas no mesmo ambiente que no passado tentaram

ou efetuaram suicídio gera grande exposição e influência para a criança já vulnerabilizada.

Diversos estudos apontam que a adolescência tem como uma característica a impulsividade. Ou seja, embora este fator por si só não se defina como um fator de risco para suicídio, o adolescente encontra-se vulnerável a ações precipitadas que, na sua percepção, possam vir a acabar com suas dores (OLIVEIRA, 2019). Esta concepção, porém, deve ser feita com cautela, pois o ato de suicídio em si é bem mais complexo do que uma questão de impulsividade.

Kawton, et al (2019) discorrem também sobre a recorrência do suicídio em agrupamentos na fase da adolescência. Não necessariamente um grupo inteiro ao mesmo tempo, mas tentativas ou atos prévios de outros indivíduos dentro de uma mesma escola ou comunidade como gerador de gatilhos e associado com senso de desespero. Pode acontecer principalmente em ambientes onde notícias se espalham rápido e todos se conhecem e compartilham de uma proximidade geográfica.

Este fator relacionado com agrupamentos reforça a teoria de que suicídio também é um fenômeno social (COUTINHO, 2010). Existe um contágio, no qual uma morte precedente pode ser facilitadora de identificação para alguém que já possui uma significativa angústia. Isso ocorre porque, segundo Hwang e Kovács (2019):

Os comportamentos e as opiniões, ao serem imitados, deixam de ser uma realidade individual, tornando-se um fato coletivo adotado por muitas pessoas em uma comunidade. Os indivíduos estão conectados devido à simultaneidade de uma convicção, de uma ideia ou de um desejo, compartilhados por várias pessoas em um mesmo momento, constituindo uma massa.

Isto é, quando existe um vínculo e identificação, os sofrimentos também podem ser compartilhados, e o indivíduo se torna vulnerável àquela opinião, pois em certos momentos o desejo de morte do outro reverbera e passa a fazer sentido para a pessoa, especialmente jovem.

O fenômeno citado acima pode ser um fator significativo ao tratar-se de adolescentes institucionalizados, principalmente somado com outros fatores, como transtornos psíquicos e eventos adversos. No contexto de abrigo, é possível haver laços entre indivíduos em semelhantes estados de vulnerabilidade, portanto seria um ambiente propício de acontecer suicídio em agrupamentos. A exposição ao suicídio de um colega ou amigo, para o adolescente pode também se interligar com suas próprias ideações e tentativas (KAWTON, et al, 2019). Assim, podendo ser no contexto de institucionalizados ainda mais exacerbado, pois existem possíveis identificações de sofrimentos entre uns e outros.

3.4 Suicídio em adolescentes institucionalizados

Embora tenha uma proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de ser uma medida protetiva e garantia de direitos a este público, pesquisas apontam que se apresenta como um contexto relacionado a violência e ruptura de vínculos (ABAID, et al, 2010). Os autores, ao pesquisarem sobre esta ocorrência, afirmaram que existe uma continuidade de eventos estressores em menores de idade institucionalizados, em contraposição a outras famílias vulneráveis.

Em uma pesquisa feita no México, foi encontrado que ideação suicida estava presente em 36% das crianças e adolescentes institucionalizados da amostra, e sintomas depressivos em 22,6%. Enquanto em crianças não institucionalizadas, apenas 6% apresentaram estes sintomas (HERNANDEZ, et al, 2017). No Vietnã, estudos sobre traumas vividos por este público afirmam que, dentre os participantes da amostra: 72.9% sofreram negligência física; 57.9% negligência emocional; 19.4% abuso sexual, 22.3% abuso físico e 28.9% abuso emocional (PHAM, et al, 2021).

Compreende-se, a partir destes números, que uma significativa porção de crianças e adolescentes institucionalizados sofre ou sofreu de diversos fatores de risco citados anteriormente para suicídio na adolescência. Entretanto, não é possível objetificar de forma tão simples os motivos pelo qual alguém resolve tirar a própria vida (FUKUMITSU, et al, 2015). O suicídio parte, portanto, de um contexto biopsicossocial do ser humano, tornando assim um desafio caracterizar por fatores e estatísticas. O indivíduo é moldado por questões e acontecimentos diversos da

sua vida, e o suicídio não mais é do que um intenso sofrimento e angústia relacionados com estes contextos biopsicossociais (DUTRA, 2011).

Por outro lado, em uma pesquisa feita em Portugal sobre a perspectiva dos jovens em relação ao contexto vivido, resultou-se na descrição de uma experiência angustiante vivenciada na entrada da instituição, e depois de um tempo aceita. Os pesquisadores indicam como fala dos participantes sentimentos mistos relacionados com tristeza e solidão no momento de entrada, juntamente com medo do futuro.

Porém, os adolescentes, ao serem bem acolhidos pelos colegas e pelos adultos responsáveis, e também tendo acesso à visitas familiares frequentes, a experiência de abrigo passa a ser positiva, na medida do possível (CARVALHO & MANITA, 2010). Contudo, embora ressalte-se a importância de haverem estudos que relatam experiências com fatores positivos para a vida do sujeito, a compreensão cultural torna-se essencial neste momento, pois estamos falando de contextos de países distintos.

Compreendendo isso, entende-se que a referência de cuidado para adolescentes institucionalizados se difere da configuração familiar tradicional (PATIAS, *et al*, 2017), passando assim a carregar por todo o seu período de institucionalização grande estigma da sociedade. A autora traz o conceito de família “bem-estruturada”, pelo ponto de vista do imaginário social, aquela que se constitui de um casal heteronormativo e seus filhos, numa condição financeira burguesa. Logo, aquilo que não se encaixa nesta visão de estrutura, como é o caso de famílias com crianças institucionalizadas (e outros contextos vulneráveis), passa a ser alvo de preconceitos.

Abaid, *et al* (2010) discutem sobre estes estigmas e preconceitos a partir da vivência dos adolescentes. Em seus estudos, os autores discorrem sobre o âmbito social desta fase da vida, como este fator trata-se de algo importante para o desenvolvimento da auto estima, acolhendo confusões e crises geradas pelo limbo de não ser criança e nem adulto. Porém, diante da intolerância causada pelo imaginário social do que é ou não uma família bem estruturada, adolescentes institucionalizados podem ser alvos de rejeições, ao contrário de acolhimentos. Os

autores afirmam, portanto: “Esse olhar da sociedade sobre o jovem do contexto institucional torna difícil a tarefa de sair do lugar de abandonado e vitimizado” (ABAID, *et al*, 2010).

Ao pesquisar sobre os campos afetivos do jovem em situação de abrigo, Siqueira, *et al* (2008), observaram que, ao falar de família, esta foi mencionada pelos participantes como maior fonte de apoio, em relação ao contexto social do abrigo. Para os autores, isso se deve por conta de uma visão idealizada que os jovens podem possuir em relação aos seus familiares, advindo de um desejo de pertencer a um grupo familiar “estruturado”. Em contrapartida, dentro da instituição, as fontes de apoio foram mais relatadas como os adultos (monitores, técnicos e funcionários) do que outros adolescentes. Os pesquisadores relatam este fator a partir do ponto em que o jovem tende a ir mais para adultos em momentos de resolução de crises e problemas.

Voltando para o ponto de configuração familiar, Abaid, *et al* (2010) afirmam que esta deveria, em tese, de fato ser uma importante fonte de apoio para adolescentes. Porém, com problemas socioeconômicos e outras questões que ultrapassam o microsistema, muitas famílias passam a não ter condições de prover o suporte que seus filhos necessitam, seja das necessidades básicas ao acolhimento emocional (MASTROIANNI, *et al*, 2018). Estes parentes que carecem de benefícios socioeconômicos são, em sua maioria, aqueles que comumente se afastam durante o período de acolhimento e dificultam uma reintegração familiar.

Por outro prisma, a criança ou adolescente que vive este afastamento tem dificuldade de compreender as razões aprofundadas e estruturais do seu abandono, o que eles vivenciam é a ruptura em si. A família, que deveria proporcionar uma base emocional e proteção, se afasta e proporciona crise. Portanto, tal desmembramento pode ser percebido como ameaçador, podendo ser capaz de gerar crises identitárias - cujas já são vividas por adolescentes num contexto “normal” (ABAID, *et al*, 2010).

Ao acontecer esta ruptura, o adolescente se vê numa configuração diferente daquela que lhe foi ensinada ser a correta (PATIAS, *et al*, 2017). Ele passa, então, a

estar sob responsabilidade e custódia do Estado. Este Estado, por si, tem uma ideia utópica de um ser etéreo que cuida das necessidades daqueles que precisam e protege a população de situações que poderiam ser evitadas. Porém, é um conceito abstrato e irrealista (BAUMAN & BORDONI, 2016).

Retoma-se, assim, a idealização que os jovens sentem necessidade de possuir relacionada às suas famílias, de que um dia serão “resgatados” desta custódia para voltar a viver no que se aproxima de um lar estruturado (SIQUEIRA, *et al*, 2008). Esta ambivalência do ideal contra o real, porém, pode ser causadora de sofrimento, pois embora tentem controlar seu espaço seguindo um ideal de Estado e família, estes adolescentes se angustiam ao se deparar com a realidade. Para Bauman & Bordoni (2016), uma crise se constitui, além de mudanças, em falta de certeza, uma insegurança do que está por vir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com tudo que foi discutido, entende-se que o adolescente institucionalizado passa pela imagem social de ter uma família “desestruturada” (ABAID, *et al*, 2010), e perde sua referência de cuidado original. Ao mudar sua configuração familiar, ele passa então a estar sob custódia do Estado, que é uma figura etérea (BAUMAN & BORDONI, 2016). Logo, o jovem passa a carregar o peso da sua própria existência antes de se sentir pronto.

Faz-se referência ao que foi visto anteriormente sobre a fase da adolescência e o senso de controle e espaço. Em comparação à infância, o indivíduo na juventude passa a ter um espaço psicológico ampliado, pois ele passa a ter maior controle sobre seus gostos pessoais, ideologias e com quem se relacionar (BARONCELI, 2012). Contudo, ao entrar num contexto de abrigo, o jovem tem parte da sua liberdade limitada, pois há uma necessidade de estabelecimento e seguimento de certas regras que antes possivelmente não haviam na sua vida.

Pode-se afirmar que o adolescente institucionalizado, para estar naquela situação, presumivelmente passou por eventos adversos de intensa vulnerabilidade antes de entrar no abrigo. Por exemplo, retoma-se que a instituição é uma medida protetiva para menores de idade que passaram anteriormente por abandono, violências, ou vivem em situação de rua.

Por conseguinte, muitos deles, como dizem as estatísticas citadas no tópico de “adolescentes institucionalizados”, possuem diversos dos fatores de risco para suicídio na adolescência. Entre os fatores, há traumas, eventos adversos, psicopatologias e autocídio em agrupamento. No último, não há relatos ou estudos anteriores sobre este acontecimento especificamente neste contexto, mas é possível que ocorra, visto a aglomeração de jovens que compartilham dos outros fatores de risco.

Logo, compreendendo que suicídio é um fator social, não é diferente para o adolescente em institucionalização, pois ele se encontra numa situação de ruptura repentina de seus vínculos. Portanto, com todo o seu contexto de vida sendo

decidido por terceiros, o controle que o jovem tem é sua decisão entre o viver e morrer (BECKER & CORRELL, 2020).

Ao entender de maneira mais aprofundada a vulnerabilidade deste público para o suicídio, faz-se necessária a atribuição de melhores políticas públicas para prevenção do suicídio e promoção de saúde mental de adolescentes dentro de instituições. Jovens institucionalizados necessitam de uma atenção específica, pois são atravessados por diversos fatores que podem ocasionar na ideação, comportamento ou inclusive o próprio ato suicida.

Este estudo teve como principal limitação a dificuldade de encontrar pesquisas prévias sobre especificamente o assunto, resultando em uma necessidade de buscar diferentes subtópicos para que pudesse ser feita uma conexão. Mais precisamente, um dos desafios foi não encontrar suficientemente estudos recentes dentro do contexto brasileiro, apenas de outros países, que têm culturas e funcionamentos distintos. Além disso, as pesquisas internacionais que foram selecionadas, em sua maioria eram quantitativas, que embora não se deva tirar a importância, não fazia jus a este estudo prioritariamente qualitativo.

Uma outra limitação é o fato de ser uma pesquisa de revisão ao invés de campo, pois dificulta o entendimento mais profundo e subjetivo daqueles que vivem a experiência de institucionalização. Portanto, mostra-se a importância de haver mais trabalhos na metodologia de campo com este tema, para que seja possível dar voz a estes jovens vulnerabilizados.

5 REFERÊNCIAS

- ABAID, J. L. W. et al. Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. **Universitas Psychologica**, v. 9, n. 1, p. 199-212, 2010.
- ABRANTES, P. J. **Ideação suicida em adolescentes institucionalizados e não institucionalizados: um estudo comparativo**. Tese (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Algarve, p. 84. 2020.
- ARAÚJO, N. M.; KOLLER, S. H.; RAFFAELLI, M.. Eventos estressores e indicadores de ajustamento entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. **Universitas Psychologica**, v. 9, n. 3, p. 787-806, 2010.
- AZEREDO, A. H. S. C. Suicídio e laço social. **Reverso**, v. 32, n. 59, p. 61-69, 2010.
- BARONCELLI, L. Adolescência: fenômeno singular e de campo. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 18, n. 2, p. 188-196, 2012.
- BASTOS, R. L. Suicídios, Psicologia e vínculos: uma leitura psicossocial. **Psicologia USP**, v. 20, n. 1, p. 67-92, 2009.
- CARINHANHA, J. I.; PENNA, L. H. G. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 68-76, 2012.
- CARVALHO, T.; MANITA, C. Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. *In: ACTAS DO SIMPÓSIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA*, 9, 2010, Porto: Universidade do Minho, 2010, p. 3326-3335.

CHAVEZ-HERNANDEZ, A. M. et al. Suicidal ideation, depressive symptomatology, and Self-Concept: A comparison between Mexican institutionalized and noninstitutionalized children. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, v. 48, n. 2, p. 193-198, 2018.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007.

DURKHEIM, E. **O Suicídio: Estudo de sociologia**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes Ltda., 2000.

DUTRA, E. Pensando o suicídio sob a ótica fenomenológica hermenêutica: algumas considerações. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 17, n. 2, p. 152-157, 2011.

DUTRA, E. Suicídio de universitários: o vazio existencial de jovens na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 3, p. 924-937, 2012.

FORTES, I.; KOTHER, M. M. M. Automutilação na adolescência-rasuras na experiência de alteridade. **Psicogente**, v. 20, n. 38, p. 353-367, 2017.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 7, n. 1, p. 147-160, 2007.

FUKUMITSU, K. O. et al. Posvenção: uma nova perspectiva para o suicídio. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 48-60, 2015.

HAWTON, K., et al. “Clustering of Suicides in Children and Adolescents.” **The Lancet Child & Adolescent Health**, v. 4, n. 1, pp. 58–67, 2020.

KOVÁCS, M. J.; HWANG, E. Suicídio por contágio e o papel das mídias de comunicação em massa. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 4, n. 7, p. 77-100, 2019.

MENDES, M. C. **Idade escolar e formação da identidade: Um olhar a partir de Erik Erikson**. Orientador: Oriomar Skalinski Junior. 2022. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Disponível em: http://ri.uepg.br:8080/monografias/bitstream/handle/123456789/193/TCC_MariaCatharinaMendes.pdf?sequence=1. Acesso em 12 ago. 2022.

MOREIRA, L. C. O.; BASTOS, P. R. H.O. Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, p. 445-453, 2015.

PAIVA, V. L. M. O. E. Narrative research: an introduction. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 2, p. 261–266, 2008.

PATIAS, N. D.; SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

OLIVEIRA, M. C. S. L. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**, v. 4, n.2, p. 427-436, 2006.

ROSSI, L. M. et al. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, 2019.

SEKOWSKI, M., et al. The relations between Childhood Maltreatment, Shame, Guilt, Depression and Suicidal Ideation in Inpatient Adolescents. **Journal of Affective Disorders**, v. 276, p. 667-677, 2020.

SILVA, F. M.; CUNHA, A. A. D. Fatores de Risco Para Tentativas de Suicídio em Crianças e Adolescentes. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 3, p. 138-144, 2022.

SILVA, K. L.; ALVES, C. V.; Araújo, M. L. F. Abandono familiar infanto-juvenil: um olhar sobre uma instituição do agreste pernambucano. *In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA*, 5, 2012. Recife, UPE, 2012, p. 1.

SILVA, L. Suicídio entre crianças e adolescentes: um alerta para o cumprimento do imperativo global. **Escola paulista de enfermagem**, v. 32, n. 3, pp. 3-6, 2019.

SIQUEIRA, A. C.. Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 131. 2006.

SIQUEIRA, A. C.; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO, D. D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 40, n. 2, p. 149-158, 2006.

SOUSA, G. S., et al. Revisão de Literatura sobre Suicídio na Infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 3099-3110, 2017.

TEODORO, M. L. M; CARDOSO, B. M.; FREITAS, A. C. H. Afetividade e conflito familiar e sua relação com a depressão em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, p. 324-333, 2010.